

Conselho de Administração**Presidente**
Plínio Villares Musetti**Membros**

Fernão Lara Mesquita, Francisco Mesquita Neto, Júlio César Mesquita, Patrícia Maria Mesquita e Roberto C. Mesquita

Opinião**Diretor de Opinião:** Ruy Mesquita**Editor Responsável:** Antonio Carlos Pereira**Diretor Presidente:** Francisco Mesquita Neto**Diretor de Conteúdo:** Ricardo Gandour**Editora-Chefe Responsável:** Maria Aparecida Damasco**Editora-Chefe de Conteúdos Digitais:** Claudia Belfort**Diretor do Núcleo Publicações:** Ilan Kow**Diretor de Desenvolvimento Editorial:** Roberto Gazzi**Diretor de Mercado Leitor e Operações:** Christiano Nygaard**Diretor de Mercado Anunciante:** Rogério Gabriel Comprido**Diretor Financeiro:** Jorge Casmerides**Diretor de Recursos Humanos:** Fábio de Biazzi**Diretora Jurídica:** Mariana Uemura Sampaio

estadao.com.br

**A versão na Internet de
O Estado de S. Paulo****Notas & Informações**

Vitória apertada



Uma nação bem mais dividida do que aquela que o consagrou há quatro anos manteve na Casa Branca o presidente Barack Obama, rejeitando a plataforma do candidato republicano Mitt Romney de cortes de impostos e dos gastos sociais – menos Estado, em suma –, para reanimar a economia e conter o déficit público. Mesmo a maioria dos insatisfeitos com os modestos progressos obtidos por Obama no combate à mais severa recessão desde a Grande Depressão dos anos 1930, que surgiu pouco antes de sua primeira vitória, parece ter preferido o certo ao perigoso. Grosso modo, a densidade dessa maioria variou conforme a posição dos seus membros na escala social. Quanto mais pobre, vulnerável e inseguro o eleitor que enfrentou

horas de fila nos postos de votação, maior foi a sua propensão para barrar o acesso ao governo de um representante acabado do “poder do dinheiro”. Não hão de ter sido poucos, a propósito, os que se sentiram pessoalmente ofendidos ao saber que Romney havia dito que 47% da população vivia à custa do governo – e foram ao revide.

Ao voto dos *have not* somou-se o dos hispânicos, como se designam nos EUA os habitantes de origem latino-americana, com uma presença sem paralelo na história das eleições presidenciais do país. Romney revoltou esse contingente cada vez mais ativo na vida nacional, ao lado dos asiáticos, ao defender na campanha a “autodeportação” dos imigrantes ilegais. Os números apertados da disputa na Flórida deixaram patente a repulsa dos latinos à ameaça a muitos dos seus – nesse país construído por forasteiros e em plena aceleração da

diversidade demográfica. Além disso, parte ponderável do eleitorado feminino bisou o apoio dado a Obama em 2008, enquanto aumentou o apoio da sociedade à nova agenda de liberdades civis, a que os conservadores têm horror, com o casamento gay, o direito ao aborto que procuram bloquear, a separação entre ciência e religião, e desta do Estado. A coalizão social obamista incluiu ainda os muitos para os quais a nova lei da saúde, que os republicanos pretendiam derrogar, representa um avanço histórico – o que, de fato, é.

Com tantos eleitores com tantos motivos para reeleger o presidente, apesar do desmanche do seu mito, era de esperar, talvez, que ele tivesse nas urnas um desempenho, se não à altura do pleito anterior, pelo menos que não o apequenasse. Não foi o que aconteceu: o conservantismo é uma força na América profunda. Embora não se saiba quando serão co-

nhecidos – e pacificados – os números finais da disputa direta pela Casa Branca, tudo indica que Obama terá sobre Romney uma vantagem nitidamente mais modesta do que os 7 pontos percentuais com que deixou John McCain para trás em 2008. Em votos, a diferença foi de 9,5 milhões, em 130 milhões depositados. Já agora, na média das últimas pesquisas antes do 6 de novembro, Obama venha por menos de 1 ponto. As projeções de ontem, apresentadas com compreensível cautela, sugeriam que a vantagem poderá alcançar 2,5 pontos, mas dificilmente irá além. Obama saiu-se um tanto melhor do que o oponente em quase todos os Estados-pêndulo, disputados voto a voto. Foi o que bastou, nesse restritivo modelo eleitoral, para ele conquistar a maioria dos 538 delegados que, afinal, escolhem o presidente.

De qualquer modo, Obama não voltará a ter os 365 “votos eleitorais” de

2008, ao passo que Romney superará os 173 de McCain. E, como se previa, os republicanos mantiveram na Câmara dos Representantes a maioria tomada aos democratas nas eleições de meio de mandato de 2010; em compensação, estes consolidaram o seu domínio no Senado. O que interessa é que os republicanos parecem tão refratários ao diálogo com Obama como estiveram ao longo do período presidencial que, rancorosamente, se empenharam em manietar. A vantagem de Obama, a curto prazo, é ser esse um Congresso em fim de mandato. É improvável que a atual oposição se negue a um acordo que impeça os EUA de cair no “abismo fiscal”. É o que ocorrerá se não for desativado a tempo o pacote de US\$ 600 bilhões em cortes de gastos e aumento de impostos, a entrar em vigor em janeiro. A partir daí Obama terá de provar, como disse, já reeleito, que “o melhor ainda está por vir”.

A greve da magistratura

Juízes federais e trabalhistas de todo o País não trabalharam ontem e continuarão parados hoje, para protestar contra a situação salarial da categoria e reivindicar um reajuste de 28,86%. Como o acesso aos tribunais é uma garantia fundamental e a magistratura não pode fazer greve, sob pena de violar liberdades públicas asseguradas pela Constituição, os juízes federais e trabalhistas classificaram a suspensão de suas atividades por 48 horas como “dias de mobilização”. Em novembro de 2011, as duas corporações fizeram uma paralisação de um dia. Só a Justiça do Trabalho teve de remarcar 20 mil audiências.

Além de suspender suas atividades, os juízes federais e trabalhistas decidiram boicotar a Semana Nacional de Conciliação, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que vai até o próximo dia 14. Essa é uma das mais importantes iniciativas que o CNJ vem tomando desde sua instalação, em 2006, para descongestionar a primeira e a segunda instâncias do Poder Judiciário. O evento do ano passado contou com a participação de 53 tribunais e, das 339 mil audiências de conciliação realizadas, 164 mil resultaram em acordos homologados pela Justiça, no valor total de R\$ 1,1 bilhão.

As seccionais da OAB alegaram que o protesto das magistraturas federal e trabalhista é inconstitucional, além de con-

denável, no plano ético, por “causar prejuízo à população em véspera de Natal”. Para os dirigentes da Associação dos Juízes Federais (Ajufe) e a Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho, inconstitucional é o tratamento salarial que estaria sendo dado aos 5,5 mil integrantes das duas corporações.

“A independência da magistratura passa por uma remuneração condigna, prevista pela Constituição”, diz o presidente da Ajufe, Nino Toldo. “A Constituição garantiu a irredutibilidade dos salários e não o fez por acaso. O objetivo era garantir a estabilidade dos vencimentos. Não é possível continuar nessa situação”, afirma o presidente da Anamatra, Renato Sant’Anna, pedindo a reposição das perdas inflacionárias e alegando que 50% dos juízes trabalhistas estariam “vivendo com créditos consignados”.

Além de reivindicar reajuste salarial, os juízes federais e trabalhistas reclamam da ausência de progressão funcional na carreira e pleiteiam a criação de um Adicional por Tempo de Serviço. Segundo eles, a distância entre os salários de quem ingressou na magistratura e de quem está se aposentando é muito pequena. “A desvalorização da carreira é preocupante. Os juízes não podem ter outra fonte de renda, a não ser um cargo de professor. Ao contrário de outros servidores públicos, os magistrados não têm direito a compensações”, diz o presidente da Ajufe, lembran-

do que os dirigentes do Poder Executivo recebem compensações indiretas para aumentar seus vencimentos, integrando conselho de empresas estatais.

Durante o processo de elaboração do orçamento, o governo reservou recursos para conceder o reajuste de 15,8% a todo o funcionalismo federal, durante os próximos três anos. Os juízes protestam, lembrando o princípio da autonomia financeira do Judiciário, criticando as prerrogativas do Executivo em matéria orçamentária e acusando os responsáveis pelo Orçamento da União de minar “uma política adequada de valorização” da magistratura federal e trabalhista. Eles também acusaram o Executivo de não ter encaminhado ao Congresso a proposta salarial apresentada pelo Supremo Tribunal Federal em 2011 e de criar dificuldades para o pagamento de créditos e benefícios funcionais da magistratura federal e trabalhista.

As pretensões e reclamações das duas corporações, contudo, não são precedentes. Como já lembraram os técnicos do Ministério do Planejamento, os tribunais já pagam os maiores salários do funcionalismo público. Além disso, o CNJ divulgou estudo mostrando que o Judiciário é uma instituição inchada, com um quadro de pessoal maior do que o necessário. Por fim, os juízes se esquecem de que, apesar de os Poderes serem independentes, o cofre é um só e a responsabilidade sobre o que entra e sai é do Executivo.

O acordo entre Estado e União

Tom solene em que foram anunciadas pelo governador Geraldo Alckmin e o ministro da Justiça, José Eduardo Martins Cardozo, as medidas destinadas a conter a onda de violência em São Paulo, resultado de um esforço de cooperação entre o Estado e a União, não deve levar a opinião pública a exagerar sua importância. Além de não trazerem grande novidade, as mais relevantes já poderiam e deveriam ter sido adotadas há muito tempo, como mostra o exemplo de outros Estados – e seu alcance é limitado, pelo menos a curto prazo. Mas antes disso do que nada. Trata-se do ensaio de um entendimento para enfrentar problema da maior gravidade, por cima de diferenças partidárias, que, se persistir – só o tempo dirá se isso ocorrerá ou não –, pode até produzir bons frutos.

Agiu certo o governo paulista ao não aceitar a oferta da Secretaria Nacional de Segurança Pública de enviar efetivos do Exército e da Força Nacional para ocupar favelas como a de Paraisópolis, onde se refugiam os bandidos do Primeiro Comando da Capital (PCC), responsáveis pela onda de violência que atemoriza a população e tem como um de seus principais alvos a própria polícia. Desde o começo do ano, mais de 90 policiais militares já foram assassinados. Além de essa oferta ter – ou poder assim ser vista – uma conotação política,

ela não é nem nunca foi necessária. O problema de São Paulo é bastante diferente do do Rio de Janeiro, onde a presença daquelas forças se impôs. “As Polícias Civil e Militar de São Paulo têm efetivo suficiente”, reconheceu o ministro Cardozo.

Das seis medidas acertadas, quatro não têm maior peso. São os casos das ações conjuntas destinadas a fiscalizar os acessos ao Estado por via terrestre, marítima e aérea. Essas ações de controle de estradas, portos e aeroportos devem ser rotineiras e, mesmo reforçadas, não são nenhuma panaceia para evitar a entrada de drogas e armas. De caráter igualmente limitado são a melhoria da polícia policial e do centro de controle das ações conjuntas contra o crime. Quanto ao combate ao crack, é difícil imaginar que ajuda significativa o governo federal pode dar, depois de sucessivas promessas bombásticas e não cumpridas nessa área nos últimos anos.

Restam a transferência para presídios federais de segurança máxima de líderes do PCC envolvidos na atual onda de violência e a cooperação na área de inteligência. No primeiro caso, o isolamento dos bandidos mais perigosos naqueles presídios, situados em regiões distantes de São Paulo, pode ajudar de fato a enfraquecer o crime organizado, notoriamente orientado, nesse caso, de dentro do sistema penitenciário paulista. É de lamentar, por isso mesmo, que tal providência – que teve efeito benéfico no ca-

so do Rio – não tenha sido adotada há mais tempo.

O mesmo se pode dizer da cooperação na área de inteligência – entre serviços das Polícias Civil, Militar e Federal, além da Receita Federal e da Secretaria da Fazenda, para o combate à lavagem de dinheiro – que pode produzir bons resultados. A eficiência da área de inteligência é decisiva para o combate ao crime em geral, com destaque para o organizado, como são o PCC e o tráfico de drogas, como não se cansam de insistir os especialistas. É notório que sem informações confiáveis capazes de orientar as ações policiais, elas têm sua eficácia reduzida. A força, por si só, nada resolve. Por isso, não se compreende por que os serviços de inteligência nem sempre recebem a atenção que merecem.

O governo federal não está fazendo nesse caso mais do que a sua obrigação, e tardiamente. Se o serviço de inteligência da Polícia Federal tem acordos de cooperação até mesmo com governos de países vizinhos, nada mais natural que faça o mesmo com São Paulo. O entendimento nessa área, se prosperar, como se espera, pode se tornar o ponto mais positivo da prometida cooperação do Estado e da União.

Não se pode deixar de assinalar, a propósito dessas medidas, que tudo indica que elas só tardaram por razões políticas – as diferenças partidárias que separam os governos federal e de São Paulo. E a população paulista está pagando o preço disso.

víduo. Há etapas intermediárias, que vão do arrependimento à aceitação do castigo. Dos integrantes do chamado núcleo político do mensalão, só vemos algum tipo de arrependimento em Marcos Valério, que mudou sua rotina e atualmente passa a maior parte do tempo com a família. Todos os outros, em especial o “capitão do time”, José Dirceu, ainda perambulam por aí destilando arrogância, prepotência, truculência e insubordinação às leis do País. Estarão eles a contar com o indulto de Dilma Rousseff ou simplesmente serão casos irrecuperáveis de políticos corruptos?

JULIUS BOROS

Cotia

Redução de pena

Se diminuírem alguns anos de Marcos Valério, por que não acrescentá-los a José Dirceu?

ROBERT HALLERrobelisa1@terra.com.br
São Paulo**Regulação da mídia**

Dirceu pode se expressar livremente, como ao defender a regulação da mídia como prioridade do PT em 2013. Mas, porquanto cometeu vários crimes e por isso está condenado pelo STF, deve fazê-lo da cadeia, que é o seu lugar!

SAULO VIEIRA TORTELLI

saulo_tortelli@msn.com

São Paulo

Imprensa livre

Um partido que teve parte de suas lideranças históricas condenada por corrupção e outras ilegalidades, vendo-se na iminência de mais algumas de suas figuras exponenciais serem chamadas a prestar esclarecimentos à Justiça, haverá sempre de tentar jogar para debaixo do tapete tais detritos, no caso, cercando a imprensa...

CAIO AUGUSTO BASTOS LUCCHESI
oblucchesi@yahoo.com.br
São Paulo

“Disfarçar o mensalão, eis a questão”

ROBERTO TWIASCHOR / SÃO PAULO, SOBRE META DO PT PARA SALVAR OS ‘CUMPANHEROS’
rtwiaschor@uol.com.br

“Como marido traído, mas com os sinais trocados, sabem quem o sr. José Dirceu quer condenar por seus próprios crimes? O sofá!”

PERCY DE MELLO CASTANHO JUNIOR / SANTOS, IDEM
percy@clubedoscasoscompositores.com.br

HÁ 1.196 DIAS
POR DECISÃO JUDICIAL, O ESTADO ESTÁ SOB CENSURA. ENTENDA O CASO: WWW.ESTADAO.COM.BR /CENSURA

VOCÊ NO ESTADÃO.COM.BR**TEMA DO DIA**

TOTAL DE COMENTÁRIOS NO PORTAL:

Casas Bahia abre loja na Favela da Rocinha
Rede chega à comunidade do Rio e já encontra concorrente: Ricardo Eletro abriu unidade há um ano

1.931

● “Legal! Gera emprego para a comunidade e melhora a condição de vida dos moradores da região.”

RAFAEL KHALID

● “As grandes lojas de magazine estão descobrindo o que muitos comerciantes já descobriram há muito tempo. Um nicho muito pouco explorado.”

CÁSSIO ALMEIDA TAVARES

● “Casas Bahia e seus juro absurdos chegando em toda parte.”

JANSEN SANTOS**O ESTADO DE S. PAULO**

Avenida Engenheiro Caetano Álvares, 55 - 6º andar, CEP 02598-900
Fax: (11) 3856-2920
E-mail: forum@estadao.com

O Estado reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas. Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada.

Central de atendimento ao leitor:

3856-5400 – falecom.estadao@estadao.com

Central de atendimento ao assinanteCapital e Regiões Metropolitanas: 4003-5323
Demais localidades: 0800-014-77-20
www.assinante.estadao.com.br/faleconosco

Classificados por telefone:
3856-2001

Vendas de assinaturas:Capital: 3950-9000
Demais localidades: 0800-014-9000**Vendas Corporativas:**

3856-2917

Central de atendimentos às agências de publicidade:

3856-2531 – cia@estadao.com

Preços venda avulsos: SP: R\$ 3,00 (segunda a sábado) e R\$ 5,00 (domingo). **RJ, MG, PR, SC e DF:** R\$ 3,50 (segunda a sábado) e R\$ 6,00 (domingo). **ES, RS, GO, MT e MS:** R\$ 5,50 (segunda a sábado) e R\$ 7,50 (domingo).

BA, SE, PE, TO e AL: R\$ 6,50 (segunda a sábado) e R\$ 8,50 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC e RO:** R\$ 7,00 (segunda a sábado) e R\$ 9,00 (domingo)

Preços assinaturas: De segunda a domingo – SP e Grande São Paulo – R\$ 74,90/mês. Demais localidades e condições sob consulta.